

Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas¹

Jane Felipe*

Resumo: O presente texto tem por objetivo discutir a produtividade do conceito de gênero como ferramenta teórica e política, abalando certezas tão firmemente alicerçadas em torno das diferenças biológicas, que serviram durante muito tempo para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. A consolidação dos Estudos de Gênero, dos Estudos Gays e Lésbicos e da Teoria *Queer* no campo acadêmico traz a possibilidade de pensar que existem muitas formas de viver as masculinidades e as feminilidades e que estas são construções sociais e culturais, elaboradas minuciosamente por inúmeros discursos, áreas de conhecimento e instituições.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; educação.

Abstract: The main objective of the present text is to establish a discussion on the productivity of the gender concept as a theoretical and political tool, shaking ideas and concepts so firmly constructed around biological differences, that had served for so long to justify the inequalities between men and women. The consolidation of the Gender Studies, the Gay and Lesbian Studies and the *Queer* Theory in the academic field brings the possibility of thinking about the many forms of living in the masculine and feminine styles, and observing that these forms are social and cultural constructions minutely elaborated in innumerable speeches, areas of knowledge and institutions.

Key words: gender; sexuality; education.

A produtividade do conceito de gênero

A declaração “É uma menina!” ou “É um menino!” também começa uma espécie de “viagem”, ou melhor, instala um proces-

* Professora da Faculdade de Educação da UFRGS; coordenadora do GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – vinculado ao PPGEDU/UFRGS. nana_felipe@yahoo.com.br

1. Uma versão deste texto foi apresentada na Sessão Especial da 29ª. Reunião Anual da ANPEd, intitulada *Curriculo e desconstrução da subalternidade: gênero, meio-ambiente e emancipação social*, em 2006.

so que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma descrição pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo (Louro, 2004, p.15).

Nas três últimas décadas, o conceito de gênero ganhou considerável visibilidade no meio acadêmico, bem como nos movimentos sociais, nas organizações não-governamentais, na militância político-partidária, ocupando também importante espaço nas políticas públicas. Várias iniciativas têm sido tomadas no sentido de promover a igualdade de gênero e os direitos sexuais das chamadas minorias².

Não podemos esquecer que os Estudos Feministas, nas suas mais variadas vertentes, desempenharam um papel fundamental nesse processo, na medida em que trouxeram à cena temas considerados menores, tais como: família, infância, maternidade, paternidade, sexualidade, dentre outros. Até então relegadas a um *status* secundário, as referidas temáticas passaram a ganhar força, sendo objeto de estudos e pesquisas.

Atualmente, tal visibilidade manifesta-se não só na ampliação de espaços acadêmicos que abrigam linhas de pesquisas e grupos de estudos na área de gênero em vários campos do conhecimento e diversas matrizes teóricas, mas também se expressa na formulação de políticas públicas e em linhas de financiamento específicas, implementadas por algumas agências nacionais e internacionais de fomento à pesquisa. A própria constituição do GT 23 – *Gênero, sexualidade e educação* – na ANPED de 2005, mostra o reconhecimento e a sensibilidade da comunidade acadêmica para com essas questões, uma vez que as desigualdades (ou subalternidades, para usar o termo que intitula a mesa-redonda em que nasceu este texto) devem ser compreendidas em suas conexões com classe social, religião, raça, etnia, nacionalidade, geração, dentre tantos outros atravessamentos possíveis.

Nesse sentido, cabe ressaltar a produtividade do conceito de gênero como ferramenta teórica e política na reflexão a respeito das subalternidades, abalando certezas tão firmemente alicerçadas em torno das diferenças biológicas, que serviram durante muito tempo para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. A consolidação dos Estudos de Gênero, dos Estudos Gays e Lésbicos

2. Podemos citar alguns programas do governo federal, tais como o Programa Sentinela, de combate à violência e à exploração sexual infanto-juvenil; o Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual; e as iniciativas da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, na promoção de discussões, ações e formulação de leis que contemplem o sexo feminino (ver, por exemplo, o Programa de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Programa em Prol da Equidade de Gênero e o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural).

e da Teoria *Queer* no campo acadêmico traz a possibilidade de pensar que existem muitas formas de viver as masculinidades e as feminilidades e que estas são construções sociais e culturais, elaboradas minuciosamente por inúmeros discursos, áreas de conhecimento e instituições (Louro, 2001; 2004). Seria, portanto, produtivo pensar no exame das práticas sociais e culturais que, através de seus diferentes discursos – religioso, jurídico, médico, psicológico, pedagógico – constituem homens e mulheres, meninos e meninas, limitando-os, muitas vezes, em suas experiências.

As instituições escolares podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social, desempenhando assim um papel de destaque no que tange à produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais. As relações de poder entre homens e mulheres, meninos e meninas, nas suas múltiplas possibilidades, atravessam a escola dos mais diferentes modos: seja através de piadas de cunho sexista ou racista; seja através de uma acirrada vigilância em torno da sexualidade infantil, principalmente dos meninos, tentando normatizar os comportamentos que porventura não sejam “condizentes” com as expectativas de gênero instituídas; seja através da distribuição dos espaços e das tarefas a cada grupo; seja, ainda, através do descaso para com situações que envolvam violência doméstica e/ou abuso sexual. Outro problema muito comum nas escolas é a discriminação quanto à orientação sexual, gerando, muitas vezes, comportamentos homofóbicos e misóginos não só entre os/as alunos/as, mas também entre o corpo docente. Deborah Britzman (1996; 1999) lembra que a escola é um dos mais terríveis espaços para assumir a sexualidade tida como desviante.

Sexualidade na vida e no currículo

Chegamos ao ponto de procurar nossa inteligibilidade naquilo que foi, durante tantos séculos, considerado como loucura; a plenitude de nosso corpo que, durante muito tempo, foi um estigma e como que a ferida neste corpo; nossa identidade, naquilo que se percebia como obscuro impulso sem nome. (Foucault, 1993, p.146)

Ao voltarmos nosso olhar sobre diversas culturas, em diferentes tempos históricos, talvez possamos perceber o quanto a sexualidade sempre foi colocada em discurso, sendo alvo de inúmeras e constantes regulações. Foucault, em seu livro *História da sexualidade* (1993), mostra que desde o século XVIII o sexo tem provocado uma espécie de erotismo discursivo generalizado.

No Brasil, a partir de 1996, a sexualidade parece ter ganhado alguma visibilidade no currículo, passando a constar como tema transversal nos Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCNs). Alguns fatores - em especial as preocupantes estatísticas em torno dos índices de contaminação pelo HIV-AIDS, bem como os altos índices de gravidez na adolescência, especialmente na faixa entre 10 e 14 anos³ - contribuíram para que tal condição se instalasse.

Atualmente, no âmbito da escola, tem sido possível observar alguns esforços no sentido de discutir a sexualidade, mas muitas vezes este tema é abordado apenas sob o viés da prevenção, do medo da doença e da morte, acrescido de um certo pânico moral. A perspectiva com a qual se trabalha em torno dessa temática quase sempre se limita a uma abordagem biológica: ensina-se, por exemplo, a anatomia dos órgãos sexuais, como se dá a fecundação, o nascimento, os métodos contraceptivos, bem como as estratégias de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

Apesar da relevância dessas iniciativas, considero fundamental ampliar estudos e pesquisas que possam dar conta de outras discussões em torno da sexualidade, enfatizando os aspectos culturais e sócio-históricos aí envolvidos. Desse modo, não só a disciplina de biologia, mas outros campos do conhecimento, como geografia, história, matemática, física, química, língua portuguesa, literatura, artes, educação física, religião, a partir de suas especificidades, poderiam contribuir significativamente, de modo a desenvolver uma educação para a sexualidade para além dos limites restritos da prevenção (Felipe, 2007).

Para ampliar as discussões em torno do gênero e da sexualidade no espaço escolar, é fundamental observar de que forma, na nossa cultura e em outras também, os vários grupos sociais elaboram minuciosas estratégias de controle sobre os corpos masculinos e femininos, criando expectativas em torno deles, estabelecendo padrões de comportamento aceitáveis ou inaceitáveis, categorizando-os como normais ou anormais, imputando-lhes tratamentos, terapias, vigilâncias, castigos, torturas ou mesmo a morte.

Outro aspecto que merece ser considerado na interação gênero-sexualidade diz respeito ao modo como gerenciamos nossas relações afetivo-sexuais. Nesse sentido, é importante observar que a construção das identidades de gênero e das identidades sexuais (Louro, 1997; 1999) envolve uma série de outros temas que podem ser aprofundados no âmbito da formação inicial e continuada de professores, tais como: representações e história do amor-paixão romântico

3. Em 2003 nasceram no País 27.239 crianças de mães entre 10 e 14 anos, segundo os dados do Ministério da Saúde (MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre nascidos vivos – SINASC). 28% das mulheres grávidas que dão entrada nos serviços públicos de saúde são adolescentes. Entre 1991 e 2000 o número de partos de meninas de até 14 anos subiu 108% (ECOS, 2004), dados esses provavelmente associados à violência/abuso sexual. Ver estudo exploratório realizado pela ECOS (2004), sobre gravidez na adolescência e vulnerabilidade social: < www.ecos.org.br/download/pesquisa >

(Costa, 1998; Del Priore, 2005), a história da conjugalidade e da família (McFarlane, 1990; Alves, 2005), a história do corpo e da sexualidade (Foucault, 1993; Laqueur, 1991; Weeks, 1999; Sant'Anna, 2000), a história das mulheres, os padrões de comportamento esperados em torno da heterossexualidade, a bissexualidade, os preconceitos e as discriminações existentes em torno de homossexuais (homofobia), a misoginia (Bloch, 1995), o reiterado processo de glorificação da maternidade, o papel secundário da paternidade (Burman, 1998), o aborto, a violência e o abuso sexual, a prostituição infanto-juvenil, a violência doméstica infantil (Azambuja, 2004), a erotização dos corpos infantis, a pedofilia, a "pedofilização" como prática social contemporânea (Felipe, 2005; 2006). Esses são alguns dos temas que merecem ser problematizados no âmbito da educação, tanto na formação docente, quanto na proposta pedagógica a ser desenvolvida com os/as alunos/as, na medida em que um dos objetivos principais da escola deve ser a ampliação do conhecimento por parte de todos que por ela passam. Tais discussões podem desencadear uma maior compreensão dos processos pelos quais alguns sujeitos e grupos são mais valorizados que outros, possibilitando assim a desconstrução das subalternidades existentes nos diversos segmentos sociais. Mas como podemos desencadear essas reflexões no contexto escolar?

Deborah Britzman (1999, p.89) sugere que o modelo de educação sexual desenvolvido nas escolas deve estar pautado pela leitura e discussão de livros de ficção e poesia, pela exibição de filmes, de peças de teatro e pela apreciação da arte em geral, pois esses contatos podem desencadear algumas interessantes reflexões em torno das desigualdades existentes entre homens e mulheres e suas respectivas identidades sexuais, produzidas no âmbito da cultura. Segundo ela, "quando nos envolvemos em atividades que desafiam nossa imaginação, que nos proporcionam questões para refletir e que nos fazem chegar mais perto da indeterminação do Eros e da paixão, nós sempre temos algo mais a fazer, algo mais a pensar".

Desse modo, os temas em torno da sexualidade, estudados sob a perspectiva das Pedagogias Culturais e dos Estudos Feministas, podem contribuir para compreendermos mais amplamente as formas pelas quais costumamos administrar nossas relações afetivo-sexuais, nossos prazeres e desejos, percebendo o quanto eles estão implicados numa construção histórica, política e social.

As pesquisas sobre gênero e sexualidade no campo da educação

Na última década houve um aumento considerável de pesquisas, dissertações, teses e publicações em geral sobre a temática de gênero e sexualidade no campo da educação e áreas afins. Tais estudos têm trazido significativas contri-

buições para pensar estratégias pautadas pelo respeito às diferenças e à igualdade de direitos.

É preciso ainda referir o quanto a perspectiva pós-estruturalista, em especial as teorizações de Michel Foucault (1995; 1990; 2002), têm contribuído de forma significativa para a compreensão das relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres e entre os diversos grupos sociais, conferindo a uns mais *status* e poder do que a outros. Como argumentam Dagmar Meyer e Rosângela Soares (2005, p.28), pesquisas desenvolvidas a partir desse viés teórico pretendem

contestar as metanarrativas que prometem descrever e explicar “a” realidade em uma perspectiva totalizante; tensionar as relações usuais que se estabelecem entre saber, poder e verdade; assumir o pressuposto de que a linguagem, como um campo de operação do saber, é constitutiva do social e da cultura e que, exatamente por isso, se propõem a problematizar e a explorar a indeterminação, a ambigüidade, a instabilidade, a multiplicidade e a provisoriidade dos sentidos que ela produz e coloca em circulação nas culturas em que vivemos; focalizar processos de diferenciação e hierarquização social e cultural, procurando compreender e problematizar formas pelas quais estes produzem (ou participam da produção de posições de sujeito (como homem e mulher, heterossexual e homossexual, por exemplo) no interior de uma cultura.

Deste modo, uma educação para a sexualidade poderia incluir algumas discussões a respeito dos minuciosos e quase invisíveis processos de construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, bem como as conexões que se estabelecem, a partir daí, sobre os comportamentos e as expectativas em torno dos sujeitos femininos e masculinos, a saber – classe social, geração, raça, etnia, religião, dentre tantos atravessamentos possíveis (Louro, 1998).

Cabe ainda ressaltar a importância de desenvolver mais pesquisas de cunho etnográfico no campo da educação, de modo a ser possível perceber o que se passa nos momentos de recreio, a dinâmica de sala de aula, a relação que se estabelece entre docentes e alunos/as, entre crianças e crianças, bem como entre família e escola, em especial no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, principalmente no âmbito da Educação Infantil, pois ainda é escasso o número de pesquisas em torno dessa faixa etária (Felipe; Guizzo, 2004). Algumas pesquisas têm apontado o quanto a construção das masculinidades na infância se estabelece através de comportamentos homofóbicos e misóginos (Bello, 2006; Guizzo, 2005; Guerra, 2005). Mesmo sendo ainda tão pequenos (4-5 anos), os meninos já apresentam comportamentos homofóbicos em

relação aos seus colegas que porventura se comportem de um modo “suspeito”, bem como em relação a eles mesmos, exercitando uma constante vigilância sobre si, para reafirmar a identidade masculina tida como hegemônica. Para reafirmar a masculinidade também desenvolvem um desprezo por tudo aquilo que possa ser caracterizado como feminino.

Gostaria, portanto, de ressaltar a importância e a produtividade de desenvolver pesquisas também no campo das masculinidades (Seffner, 2003; Câmara, 2006; Bello, 2006), posto que gênero deve ser entendido como um conceito relacional, possibilitando assim a ampliação das discussões não só em torno da constituição das feminilidades, mas também em torno das masculinidades, uma vez que homens e mulheres são constituídos a partir das interações e das referências recíprocas que ambos estabelecem.

Outro aspecto que merece ser considerado diz respeito às pesquisas em torno das representações de gênero e sexualidade presentes em diversos artefatos culturais, tais como livros didáticos e paradidáticos voltados para o público infanto-juvenil (Furlani, 2005), brinquedos, revistas, programas de TV, publicidade, músicas, etc, pois ali podemos encontrar inúmeras concepções e expectativas a respeito de homens e mulheres, meninos e meninas e as interações que “devem” ser estabelecidas entre eles/as (Argüello, 2005; Sefton, 2006). Tais pesquisas ajudam a pensar na importância de problematizar as inúmeras desigualdades existentes no âmbito das identidades de gênero e das identidades sexuais, presentes em diversas instâncias sociais, inclusive na escola. Desse modo, compete aos/as professores/as desenvolver um olhar mais crítico em torno dessas temáticas, examinando com atenção os diversos artefatos culturais disponibilizados às crianças.

Cabe também referir a importância de desenvolver pesquisas que problematizem as políticas públicas na interface gênero-sexualidade, acompanhando as ações desenvolvidas e observando, por exemplo, os critérios de liberação de verbas para a execução desses programas; os materiais produzidos (cartilhas, manuais, livros, etc); a formação proposta, através de cursos, oficinas, etc.; o tipo de público que visam atingir; e os resultados de tais programas.

Apesar de todos os esforços para a promoção da igualdade de direitos, através da implementação de programas ligados especialmente às áreas de educação, saúde e assistência social, torna-se necessário empreender pesquisas e teorizações para melhor compreender as relações de poder que se estabelecem entre os diversos grupos sociais. Neste sentido, é fundamental continuar incentivando a implementação de linhas de pesquisa no âmbito das universidades e uma maior atenção por parte das agências financiadoras de pesquisa a esses temas.

Como a subalternidade pode ser problematizada no âmbito escolar?

Desde a sua constituição, a escola moderna é marcada por diferenças e está implicada, também, com a produção dessas diferenças. Embora não seja possível atribuir a ela toda a responsabilidade pela construção das identidades sociais, ela continua sendo, para crianças e jovens, um local importante de vivências cotidianas específicas e, ao mesmo tempo, plurais. (Meyer; Soares, 2004, p.8)

Como tentei demonstrar anteriormente, as hierarquias de gênero e as hierarquias sexuais pautam-se por uma compreensão naturalizada e universal, em que os sujeitos masculinos, heterossexuais, brancos, ocidentais, cristãos, são vistos como a norma, o padrão. Trata-se de uma referência praticamente invisível, inquestionável, porque está calcada numa concepção essencializada de mundo e de sujeito, constituindo-se, assim, como a matriz para uma condição subalterna por parte de todos aqueles que fugirem aos padrões hegemônicos estabelecidos.

Entendo ser necessário investir na formação inicial e continuada de professores/as, pois são eles que de fato implementam o trabalho com os/as alunos/as (Felipe, 1999). Pouco adianta empreender esforços no sentido de criar políticas públicas de combate à homofobia, às discriminações de gênero, raça, etnia ou à exploração sexual de crianças e jovens, se não houver uma compreensão mais ampla desses problemas, entendendo-os como processos históricos, sociais e culturais.

Desse modo, as conexões entre gênero e sexualidade, nas suas mais variadas formas de expressão – rituais, fantasias, linguagens – devem ser entendidas como processos que se constroem na cultura, em um determinado tempo histórico, portanto, passíveis de transformações. No entanto, é interessante observar o quanto concepções pautadas na idéia de “essência” ou “natureza” são ainda hoje muito veiculadas, na tentativa de justificar todo e qualquer comportamento relacionado às masculinidades e às feminilidades. Dificilmente as pessoas se dão conta dos inúmeros e minuciosos investimentos feitos para que os sujeitos sejam produzidos e subjetivados desta ou daquela forma, de acordo com as expectativas sociais do grupo ao qual pertencem. Esse amplo e quase imperceptível processo educativo que vai se delineando ao longo do tempo, dá-se nas mais variadas instâncias de formação: na família, na escola, no discurso religioso, no discurso midiático, etc., produzindo então inúmeras desigualdades, na medida em que valoriza alguns comportamentos em detrimento de outros.

Deborah Britzman (1999, p.107 e 108) afirma que “a cultura não é uma casa ordenada e segura”, pois ela mesma produz seu próprio conjunto de desigualdades: nas relações de gênero, no *status* socioeconômico, nas práticas sexuais, dentre tantos outros. A autora chama atenção para o fato de que a problematização das questões em torno da sexualidade e das relações de gênero pode se dar através da literatura, do cinema, da música, dos murais de rua, das peças de teatro, pois nessas perspectivas imaginárias acionadas através da arte, existe muitas vezes uma visibilidade de sujeitos, de grupos e de comportamentos tidos como “desviantes”. “Nesses diversos textos, a preocupação não está em como estabilizar o conhecimento, mas em como explorar suas fissuras, suas insuficiências, suas traições e mesmo suas necessárias ilusões”.

Neste sentido, considero muito importante, para a formação inicial e continuada de professores/as, desenvolver estudos e pesquisas que possam contribuir para um aprofundamento das discussões em torno das desigualdades no campo da sexualidade e das relações de gênero, pois desse modo talvez seja possível criar algumas condições que favoreçam mudanças de concepção, evitando assim a manutenção das subalternidades nesse campo.

No entanto, é preciso considerar que nossa atuação como pesquisadores/as, como professores/as ou como gestores públicos é limitada, impondo-nos assim algumas reflexões sobre o próprio conceito de emancipação dos sujeitos. Isto significa dizer que a ampliação do conhecimento, a reflexão e o debate em torno dessas temáticas aqui levantadas não devem ser entendidos como garantia de mudanças em relação aos comportamentos discriminatórios que ocorrem na escola (e também em outros espaços sociais). O que nos compete, como educadores/as e/ou pesquisadores/as, no campo do gênero e da sexualidade, é desencadear o debate e, quem sabe, abalar um pouco as nossas próprias certezas.

Referências bibliográficas

ALVES, Vera Lúcia Pereira. *Receitas para a conjugalidade: uma análise da literatura de auto-ajuda*. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.

ARGÜELLO, Zandra. *Dialogando com crianças sobre gênero através da literatura infantil*. 2005. 184p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

AZAMBUJA, Mariana P. R. Violência doméstica contra crianças: uma questão de gênero? In: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. R.; JAEGER, Fernanda P. (orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BELLO, Alexandre Toaldo. *Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?* 2006. 117p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

- BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Trad. Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, v.21(1), jan-jul de 1996.
- BURMAN, Erica. *La desconstrucción de la Psicología evolutiva*. Madrid: Visor, 1998.
- COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- CÂMARA, Adriane P. *Masculinidade heterossexual e pedofilização: o universo infantil como recurso erótico em revistas masculinas*. 2006. 51p. Proposta de Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ECOS. *Gravidez na adolescência entre 10-14 anos e vulnerabilidade social* – estudo exploratório em cinco capitais brasileiras. www.ecos.org.br/download/pesquisa. Acesso em 2004.
- FELIPE, Jane. Do amor (ou de como *glamourizar* a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos; SOUZA, Nádia Geisa S.; GOELLNER, Silvana; FELIPE, Jane (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.
- FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu* (26), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2006, pp.201-223.
- FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: Pedagogias Culturais em circulação. In: SILVA, L. H. (org.). *Século XXI: Qual conhecimento, qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.). *Corpo, gênero, sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 53-65.
- FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (orgs). *Corpo, Gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 31-40.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v.1. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FURLANI, Jimena. *“O bicho vai pegar”: um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir do livro paradidático infantil*. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- GUERRA, Judite. *“Dos segredos sagrados”: sexualidade e gênero no cotidiano de uma escola infantil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

- GUIZZO, Bianca. *Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da Educação Infantil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. (org.). *A escola no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.33-47.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria *Queer* – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, v.9(2), 2001, p.541-553.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MCFARLANE, A. *História do casamento e do amor*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 5-16.
- MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa V.; BUJES, Maria Isabel E. (orgs.). *Caminhos investigativos III: Riscos e Possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 23-44.
- SANT’ANNA, Denise. Descobrir o corpo: uma história sem fim. Porto Alegre: *Educação & Realidade* 25(2):49-58, jul./dez. 2000.
- SEFFNER, Fernando. *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- SEFTON, Ana Paula. *“Pai não é de uso diário” (?) paternidades na Literatura Infanto-juvenil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 71-102.
- WEEKS, Jeffrey. Corpo e sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 35-82.

Recebido em 31 de janeiro de 2007 e aprovado em 09 de março de 2007.